



### PLANO DE AULA<sup>i</sup>

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO:</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS– UFAM		
<b>CURSO:</b> DIREITO		
<b>PROFESSOR:</b> Especialista Rafael da Silva Menezes		
<b>NÍVEL DE ENSINO:</b> SUPERIOR	<b>PERÍODO:</b> 4º	<b>TURNO:</b> DIURNO/NOTURNO
<b>DATA:</b> 26/01/2013		<b>DURAÇÃO DA AULA:</b> 100 min
<b>TEMA DA AULA:</b> Conexão, Continência, Conflito de Competência		



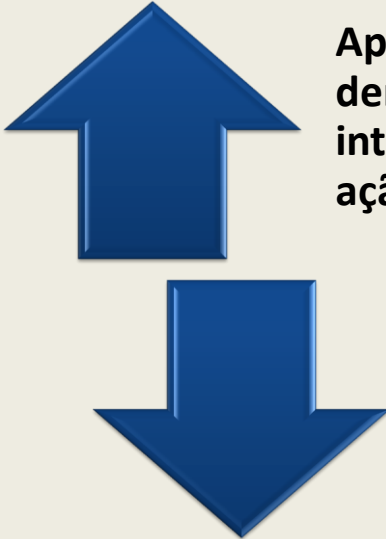
### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender as exceções à regra da perpetuatio jurisdictiones.  
Complementar e Conhecer outras causas de modificação de competência.  
Contextualizar o instituto da Prevenção.  
Conhecer as hipóteses de conflito de competência: procedimento; legitimados.

### CONTEÚDO DE ENSINO

- 1- Modificações da Competência;
- 2- Conexão e Continência;
- 3- Efeitos.
- 4- Exemplos Práticos.
- 5- Conflito de Competência: legitimidade; procedimento; consequências..

## ROTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM FACULDADE DE DIREITO – FD DEPARTAMENTO DE DIREITO APLICADO	
	
<div><b>CONTEXTO (art. 253, do CPC)</b> <i>Distribuição por Dependência</i></div>	
	
	<p>Após a desistência da demanda, a parte intenta novamente a ação (<i>comp. funcional</i>)</p> <p>Causas de qualquer natureza, quando se relacionarem, por <u>conexão ou continência</u>, com outra já ajuizada (<i>relativa</i>)</p>

“Dois liames de afinidade existentes entre duas ou mais ações, que faz com que se justifique a reunião de processos que estavam antes tramitando em juízos diversos, para que reunidos, passem a tramitar em conjunto e sejam decididos concomitantemente”

• Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini

CONEXÃO

a) **Identidade do Bem da Vida Postulado**  
mesmo pedido mediato

b) **Identidade de Causa de Pedir (fundamento)**  
remota: relação jurídica ou  
próxima: conduta violadora do direito

c) **Art. 103, do CPC**

CONEXÃO

**Exemplos (Humberto Dalla):**

- a) Aposentados que requerem reajuste na aposentadoria com base em aumento dos proventos da ativa;
- b) Funcionários concursados que impetram mandado de segurança a fim de tomar posse no respectivo cargo
- c) Acionistas de uma empresa que pleiteiam anulação de assembléia

CONEXÃO

**Exemplos (Leonardo Greco):**

- a) Locador propõe ação de despejo em face do locatário, visando rescindir contrato e receber valores em atraso. O locatário por sua vez ajuíza ação de consignação em pagamento, alegando que os aluguéis estão sendo pagos regularmente e que o credor (locador) se recusa a recebê-los.

## CONEXÃO

### Exemplos (Daniel Mitidiero):

- a) Execução e Consignação em Pagamento
- b) Alimentos e Investigação de Paternidade
- c) Envolvidos no mesmo acidente de trânsito

## Efeito

- a) As ações podem ser reunidas perante o juízo preventivo (art. 105, do CPC)
  - Economia Processual
  - Evitar decisões contraditórias
  - Margem de liberdade na avaliação
- b) Se a causa de pedir envolver o **mesmo ponto controvertido**, a conexão torna obrigatório o julgamento comum e o juiz terá o **dever legal** de assim agir (Humberto Theodoro Junior)

**Efeito**

- a) Se houver competência absoluta para as duas demandas, não haverá reunião**  
Ex.: Justiça Militar e Justiça Comum

Prejudicialidade Externa (art. 265, IV, a)

Se não for possível a reunião, a conexão pode gerar a suspensão do processo (Fredie Didier)

**Efeito**

- b) O juízo em que tramitarão os processos precisa ser competente para julgar a todos os processos, observados os critérios absolutos de competência**

- c) Súmula 235/STJ:** A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado

CONTINÊNCIA

- a) Identidade em relação às partes e à causa de pedir, porém o objeto de uma das causas, *mais amplo*, inclui o da outra (Athos Gusmão Carneiro)

CONTINÊNCIA

**Exemplos (Leonardo Greco):**

- a) Autor, vítima de atropelamento propõe ação de responsabilidade civil, requerendo a condenação do réu ao pagamento de 10 mil reais. Em outra ação, fundamentado no mesmo fato, requer o pagamento de doze mil reais



## CONTINÊNCIA

### a) Art. 104, do CPC

Quando a ação com pedido menor for movida depois, deve ser extinta por litispendência, só havendo continência quando a ação cujo pedido for menor for intentada antes  
*(Wambier e Talamini)*

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

*Arts. 115 a 124, do CPC*



**Art. 115**

**Conflito Positivo**

"quando dois ou mais juízos se declaram competentes para um mesmo processo"

**Conflito Negativo**

"quando dois ou mais juízos se declaram incompetentes para um mesmo processo"

**Controvérsia quanto à reunião ou não de processos**

**No conflito negativo, um dos juízes declina de sua competência para outro, que, entretanto, acredita que a competência pertence ao primeiro .**

**Se o segundo juízo declinar de sua competência para terceiro juiz, ainda não há conflito que somente nascerá se esse último entender que a competência é do primeiro ou do segundo.**

***Leonardo Greco***

**Art. 115. Há conflito de competência:**

- I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes;**
- II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes;**
- III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.**

**Legitimados:**

**As partes, o juiz e o Ministério Público**

**O MP AINDA QUE NÃO TENHA SUSCITADO O CONFLITO SER'NECESSARIAMENTE OUVIDO NA CONDIÇÃO DE FISCAL DA LEI**

**Endereçado ao tribunal  
competente, que poderá  
suspender-lo para julgamento  
(art. 120, do CPC)**

**Se houver jurisprudência  
dominante, o conflito  
poderá ser julgado de  
plano**

1

- Encaminha ao Tribunal
- Distribui-se ao relator

2

- Oitiva dos juízes envolvidos
- Apenas um deles
- Vista ao MP (cinco dias)

3

- Pode fixar juízo provisório
- Julgamento, Encaminhamento e Validade dos atos praticados pelo juízo incompetente

Juízes do mesmo Tribunal o procedimento é previsto no Regimento

STF

- Art. 102, I, o, CF/88
- STJ e quaisquer Tribunais
- entre Tribunais Superiores
- Tribunal Superior e qualquer outro Tribunal

STJ

- Art. 105, I, D, CF/88
- Quaisquer Tribunais, com a ressalva anterior
- Entre Tribunal e juiz a ele não vinculado
- Juízes vinculados a tribunais diversos

TRF

- Juízes Federais vinculados ao respectivo Tribunal

## OBSERVAÇÕES

### Atenção

#### c) Conexão por Afinidade (Art. 543B, 543C, do CPC)

##### **Ação por Dano (material ou moral) decorrentes de acidente de trabalho**

**e1) competência: Justiça do Trabalho**

**e2) se já houver decisão de mérito:  
continua na Justiça Estadual (antes da EC  
45/2004)**

**e3) Súmula Vinculante 22**

**Atenção**

**"A competência em razão do valor obedece à célebre regra de que é absoluta para o mais e relativa para o menos; por isso, se conexas, as ações devem ser reunidas no juízo de competência para a causa de maior valor" (Luiz Fux)**

**"uma vez prorrogada a competência, o juízo prorrogado torna-se preventivo para conhecer das demais ações conexas" (Luiz Fux)**

**Atenção**

**A prevenção é fenômeno antagônico à prorrogação**

**não revelam casos de prorrogação os juízos universais" (Luiz Fux)**

**o) "Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação de destituição de poder familiar ajuizada pelo MP estadual contra indígena" (STJ. Info. 404/Art. 231, CF/88)**

**Atenção**

**q) Contrato temporário: Justiça Estadual**

**s) Art. 891, CPC**

**t) Falência (art. 109, I/CF/88)**

**v) Súmula 11/STJ (Art. 109, 3º, CF/88)**

**A reunião pode ser requerida pelas partes, MP e determinada ex officio**

**Atenção**

**q) Súmula Vinculante n. 27/STF**

**r) Súmula 249, 330, 335, 363, 508, 515, 517, 518, 556, 557, 623, 624, 627, 634, 704 e 736, do STF**

**s) Súmulas 1, 33, 11, 22, 32, 33, 34, 41, 42, 46, 55, 58, 59, 66, 82, 137, 150, 161, 206, 208, 209, 218, 224, 225, 235, 236, 238, 270, 324, 349, 363, 365, 367, 368, 383, 428, do STJ**

**Atenção**

**q) Súmula Vinculante n. 27/STF**

**r) Súmula 249, 330, 335, 363, 508, 515, 517, 518, 556, 557, 623, 624, 627, 634, 704 e 736, do STF**

**s) Súmulas 1, 33, 11, 22, 32, 33, 34, 41, 42, 46, 55, 58, 59, 66, 82, 137, 150, 161, 206, 208, 209, 218, 224, 225, 235, 236, 238, 270, 324, 349, 363, 365, 367, 368, 383, 428, do STJ**

**REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2010.  
AMORIM FILHO, Daniel Assunção. *Direito Processual Civil*, São Paulo: Editora Método, 2010.  
CAMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil Vol. 1*. Editora Atlas, 2012.  
DIDIER, Fredie, *Direito Processual Civil*. Vol 1. Editora Jus Podivm.  
MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil*. Processo de Conhecimento. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

FUX, Luiz. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.  
GRECO, Leonardo. *Instituições de Processo Civil*. Vol.1 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense.

<sup>i</sup> ESTE PLANO DE AULA NÃO CONTEMPLA TODOS OS ASSUNTOS TRATADOS EM SALA DE AULA. TRATA-SE APENAS DE UM MATERIAL COMPLEMENTAR, QUE VISA TORNAR MAIS EFICIENTE O DIÁLOGO ESTABELECIDO EM SALA DE AULA, INDICANDO OS TÓPICOS A SEREM TRATADOS.